

PÓS-VERDADE **Contra o conhecimento e a liberdade?**

Osvaldo M. Ribeiro Jr.¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo central apresentar o conceito e, em alguma medida, expor a estrutura da pós-verdade e seu inevitável antagonismo ao conhecimento. Para tanto, uma exposição da Teoria de Verdade como correspondência é realizada visando explicitar a disparidade entre as noções de verdade e pós-verdade. A reflexão da verdade alcança, de modo bicondicional, a concepção de conhecimento. Uma vez que a natureza do conhecimento é de uma potência que conduz ao esclarecimento do indivíduo, a relação de conhecimento e liberdade é, deste modo, constatada. A investigação assume, assim, também, uma dimensão ética. Em consequência disso, o argumento da responsabilidade epistemológica de W. K. Clifford é evocado para responder aos problemas e efeitos de se sustentar crenças falsas. Em vista disso, a pós-verdade é identificada como uma narrativa coercitiva da liberdade e, de fato, contra o conhecimento. Assim, a ameaça do discurso falso da pós-verdade a qualquer sociedade livre fica, então, claramente exposta.

Palavras-chave: verdade; pós-verdade; liberdade; crenças.

Abstract

The present article aims to bring forward, to some extent, the concept, structure and post-truth's necessity of antagonizing on knowledge. In order to do so, aiming to clearly exhibit the disparity between the concepts of truth and post-truth, Correspondence Theory of Truth is presented. The consideration upon the notion of truth reaches, biconditionally, the knowledge one. Since the nature of knowledge empowers individual enlightenment, the relation of freedom and knowledge itself becomes evident. The inquiring assumes, this way, an ethical dimension as well. Because of it, W.K. Clifford's epistemological responsibility argument is thus called forth to give an account of the problems and effects of maintaining false beliefs. By virtue of it all, post-truth is effectively identified as a coercive narrative against freedom, likewise, against knowledge. Thus, it becomes rather clear that post-truth is a real threaten of any free society.

Keywords: truth; post-truth; freedom; beliefs.

Introdução

A “pós-verdade” é um termo que ganhou notoriedade na história recente, mais precisamente em 2016, ano em que foi nomeada a palavra do ano pelo *Dicionário Oxford*. O verbete foi definido, em suma, como um discurso em que as emoções são mais importantes do que os fatos na formação da opinião pública. Evidentemente, a crença meramente subjetiva do receptor não possui competência para determinar o que é verdade ou não. Isto é, da verdade

¹ Graduando em filosofia pela UFS. Atualmente, participante voluntário de um projeto de iniciação científica sobre Raciocínio crítico e pseudociência. E-mail: junior.omr@gmail.com.

enquanto discurso correspondente a realidade enquanto tal. Por isso, o discurso da pós-verdade, para ser validado enquanto narrativa, opõe-se direta, ou indiretamente, ao conhecimento.

A verdade é um conceito fundamental para a noção de conhecimento. Segundo Aristóteles, “Dizer do que é que não é ou do que não é que é, é falso; já dizer do que é que é ou do que não é que não é, é verdadeiro” (*Met.*, IV, 7. 1011 b 26 ss.; V, 29, 1024 b 25). O filósofo grego esboça a mais antiga teoria da verdade, a verdade como correspondência. Em outras palavras, são os fatos, i.e., os eventos da realidade que determinam se um discurso é ou não verdadeiro. Porém, a pós-verdade desapropria a realidade de sua função condicionadora da verdade. Para tanto, a verdade deve ser deliberadamente descaracterizada.

Na medida em que o discurso da pós-verdade se torna cada vez mais comum, os seus efeitos começam a abalar cada vez mais as estruturas de uma sociedade livre. O conhecimento é uma condição necessária para a liberdade efetiva, pois não existe possibilidade de escolher livremente quando as informações que se tem à disposição são falsas. Isso revela o aspecto opressor da pós-verdade, uma vez que, ao hostilizar o conhecimento, vicia as escolhas dos indivíduos, o que resulta em uma sociedade em que a liberdade não passa de um conceito vazio.

Afinal, a verdade pode ser efetivamente soterrada pelo discurso fraudulento e perigoso da pós-verdade? Quais as consequências sociais de viver em tal cenário? Quais medidas podem ser levadas a cabo a fim de emudecer este discurso? Sem dúvidas, trata-se de uma questão não apenas epistemológica, ou seja, que diz respeito ao conhecimento, mas também social e moral. Possivelmente, um ponto seguro de partida para suprimir ou, pelo menos, atenuar a pós-verdade e seus efeitos, seja assumir uma postura epistemológica sobretudo ética, o que pressupõe uma postura social, com efeito, análoga.

Em contraste: Verdade vs. Pós-verdade

Em vista ao esclarecimento dos conceitos de verdade e pós-verdade, uma comparação parece ser suficientemente capaz de pavimentar uma distinção sólida para os propósitos desta investigação. Através disso, aquilo que torna um discurso verdadeiro e falso, e, as diferenças entre mentira e pós-verdade serão, também, mais facilmente percebidas.

Ao que tudo indica, a verdade é um conceito fundamental para a concepção de conhecimento. Uma vez que um discurso falso –isto é, um discurso que não corresponde ao

fato que se propõe descrever—, não é senão uma falsidade. Essa é a noção substancial da teoria de verdade como correspondência. Trata-se do mais tradicional conceito de verdade e está presente no pensamento de vários filósofos desde a antiguidade. No diálogo *Crátilo*, por exemplo, Platão afirma que “a proposição que se refere as coisas como elas são, é verdadeira, vindo a ser falsa quando indica o que elas não são” (*Crátilo*, 385 b).

De fato, existem outras teorias da verdade que procuram dar conta de algumas questões filosóficas mais complexas, mas estas não serão aprofundadas neste texto. A teoria da verdade como correspondência é alicerce suficiente para o objetivo da reflexão proposta na presente investigação, dado que vários exemplos de pós-verdade, como as *fake news* ou as teorias negacionistas, podem ser analisados de modo suficiente por meio da Teoria da verdade como correspondência².

Na *Metafísica*, Aristóteles expõe duas ponderações eminentemente relevantes sobre o discurso verdadeiro e o falso. A primeira reflexão é que “o verdadeiro e o falso não se encontram nas coisas..., mas só no pensamento (ou na linguagem)” (*Met.*, VI, 4, 1027 b 25). A segunda é que:

[...] o ser verdadeiro e falso das coisas consiste na sua união ou na sua separação, de modo que estará na verdade quem considera separadas as coisas que, efetivamente, são separadas e unidas as coisas que, efetivamente, são unidas; ao contrário, estará no erro quem considera que as coisas são contrárias a como efetivamente são. Então, quando temos e quando não temos uma afirmação verdadeira ou uma falsa? [...] De fato, não és branco por pensarmos que és branco, mas porque és branco, nós, que afirmamos isso, estamos na verdade” (*Met.*, IX, 10, 1051 b 5).

Pode-se inferir, a partir das observações aristotélicas que, uma vez que a verdade é um discurso pautado na realidade enquanto tal, a verdade possui, desta forma, uma relação diretamente proporcional a realidade. Em outras palavras, a realidade exerce a função de condicionante do discurso verdadeiro, constringendo a narrativa, validando-a ou não.

A pós-verdade (em inglês: *post-truth*), do outro lado, foi definida pelo Dicionário Oxford como: “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública *do que os apelos à emoção e à crença pessoal*”³. A discrepância entre o conceito de verdade e o de pós-verdade são claramente perceptíveis. Quando os fatos, isto é, os eventos que compõem a realidade, tornam-se de pouco ou nenhuma relevância e a crença

2 Vale ressaltar que a teoria da verdade como correspondência possui uma relação fundamental com as outras teorias posteriormente propostas. Ao influenciar, de modo direto, por exemplo, a teoria semântica de Tarski, ou, pela evidente afinidade com a teoria pragmática de verdade (HAACK, 1998).

3 Disponível em <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>>. Acesso em 02 de mar 2020.

estritamente pessoal se torna o ponto de referência do factual, o produto é uma percepção distorcida da realidade.

No entanto, alguém pode dizer que a pós-verdade não passa de um termo elegante para a velha mentira, mas isso seria, ao que parece, impróprio ou, no mínimo, insuficiente. A pós-verdade pode ser compreendida, conforme até então explicitado, sob dois aspectos fundamentais: primeiro, trata-se de um discurso falso, tal noção é imediatamente extraída ao se comparar com o que torna um discurso verdadeiro; segundo, trata-se de um discurso aceitável e ajustado às crenças e emoções do seu receptor, o que está em conformidade com a definição dada pelo Dicionário de Oxford. Assim, o discurso puramente falso, ou simplesmente, a mentira, é apenas uma parte da pós-verdade. Nesse sentido, a pós-verdade é um discurso objetivamente falso, mas subjetivamente “verdadeiro”. Em outros termos, ao invés de, como toda mentira, ser classificada como uma falsidade, ela adquire, na subjetividade do receptor, o valor de “verdade”.

Por conseguinte, na era da pós-verdade, a verdade é desprovida de seu sentido objetivo, conseqüentemente a realidade perde sua função de condição necessária que garante a verdade ou falsidade do discurso. A realidade se torna passível de extravagâncias relativistas, uma vez que a referência da verdade se torna as redes de crenças individuais. Os dados podem ser deliberadamente desprezados, sem que ocorra uma responsabilização social por isso. A relativização irrestrita resulta da falta de critérios plausíveis para se acreditar em algo ou não.

A pós-verdade contra o conhecimento

Pode-se afirmar que o conhecimento possui relação efetiva com, no mínimo, a busca pela verdade, pois se aquilo que se conhece é falso, então não é verdade que aquilo, de fato, é conhecido. Se alguém, e.g., apresenta-se com uma falsa identidade, então não é o caso que se conhece verdadeiramente esta pessoa. Entretanto, alguém pode acusar uma certa ingenuidade nessa obviedade acima descrita, uma vez que o conhecimento não é algo absoluto, mas conjectural e progressivo, portanto, constituído a partir de erros e acertos. Todavia, a própria noção de que o conhecimento é progressivo só é possível na medida que se compreende a verdade que está contida nesta proposição mesma. Isto é, a verdade da natureza epistemológica do conhecimento garante suas bases enquanto tal. Assim, a verdade implica a natureza do conhecimento, e, assim, ao próprio conhecimento.

Do outro lado, o discurso da pós-verdade, na medida em que pretende se sobrepor à verdade, necessita abolir ou, ao menos, reprimir o conhecimento. Esse aspecto da pós-verdade é nuclear, pois é justamente o conhecimento que permite tanto a defesa intelectual do indivíduo quanto o progresso social. O pensamento crítico, responsável pela investigação que leva à aquisição de conhecimento, instancia-se tanto na ciência quanto na filosofia; na verdade, até mesmo na vida cotidiana. Em uma passagem de sua obra *O mundo assombrado pelos demônios*, Carl Sagan apresenta uma excelente síntese do que é o pensamento cético (ou crítico):

O pensamento cético se resume no meio de construir e compreender um argumento racional e – o que é especialmente importante – de reconhecer um argumento falacioso ou fraudulento. A questão não é se gostamos da conclusão que emerge de uma cadeia de raciocínio, mas se a conclusão deriva da premissa ou do ponto de partida e se essa premissa é verdadeira (SAGAN, 2006, p. 197).

Uma breve análise deste excerto é suficiente para apreender a importância de desenvolver esta perícia do intelecto. Sem uma atitude cética, mesmo na vida cotidiana, o ser humano viveria em um estado ingênuo de credulidade absoluta, o que o levaria a um estado análogo ao de uma máquina que funciona conforme aquele que a programa. Estaria, desta maneira, totalmente sujeito aos desejos e interesses alheios. E, é precisamente neste estado mental de subordinação onde o discurso da pós-verdade logra sucesso.

Mas, e se o ser humano fosse “programado” para ser crítico? Nesse caso, o “programador”, mais cedo ou mais tarde, perderia seu controle, uma vez que ele não escaparia, eventualmente, ao escrutínio do investigador crítico. Ou seja, é justamente a capacidade de parar e refletir criticamente que permite o avanço do conhecimento e a efetivação da liberdade. Como afirma Byung Chul-Han em sua obra *A Sociedade do Cansaço*: “A atividade que segue a estupidez da mecânica é pobre em interrupções. A máquina não pode fazer pausas. Apesar de todo o seu desempenho computacional, o computador é burro, na medida em que lhe falta a capacidade para hesitar” (2015, p. 53).

Um caso histórico que exemplifica esse argumento ocorreu nos EUA, no período da escravidão, onde havia uma norma que exigia que os escravos deveriam permanecer analfabetos. “É necessário criá-lo estúpido. É necessário obscurecer sua visão moral e intelectual, e na medida do possível, aniquilar o poder da razão” escreveu Frederick Bailey, ao reproduzir o discurso daquele que era, naquele momento, o seu senhor. Bailey foi um escravo que se tornou, mais tarde, conhecido como Frederick Douglass, um dos mais importantes nomes do movimento e história afro-americana (SAGAN, 2006). Frederick

Douglass aprendeu a ler e escrever, fugiu para Inglaterra e descrevia o poder do conhecimento como algo libertador, literalmente.

Neste sentido, ser contra o conhecimento é ser, também, contra a liberdade. Dado que a pós-verdade é hostil ao conhecimento, e, uma vez que a liberdade está diretamente relacionada a uma sociedade livre, a pós-verdade é, portanto, uma verdadeira ameaça à liberdade e um obstáculo para uma sociedade verdadeiramente livre. Esta reflexão culmina, assim, em uma questão eminentemente ética.

Ao considerar os problemas das crenças falsas, o filósofo e matemático britânico W. K. Clifford (1845-1879) apresentou o argumento da responsabilidade epistemológica. Em seu clássico ensaio “A ética da crença” (“The Ethics of Belief”), Clifford afirma que “é sempre incorreto, em qualquer parte e para qualquer pessoa, acreditar seja no que for sem evidências suficientes” (Clifford, 2009). A relevância do seu argumento é imprescindível para a preservação do discurso construído sobre as bases da verdade e, portanto, em concordância com a liberdade. Deste modo, acreditar sem evidências suficientes é uma atitude não somente pouco racional, mas, também, uma postura irresponsável do indivíduo enquanto parte de uma sociedade; nesse sentido, trata-se de uma conduta antiética.

Pós-verdade: um risco verdadeiro à liberdade

A liberdade é um conceito bastante amplo; discutir todas as suas complexidades e nuances é mais do que se pode oferecer na presente reflexão. Contudo, não é possível deixar de lado uma breve apresentação das principais definições de liberdade, pois, caso contrário, não haveria justificção racional do motivo pelo qual se escolhe uma definição em detrimento das outras.

A primeira concepção fundamental de liberdade, que prevaleceu durante um longo período na tradição do pensamento, é a de autodeterminação. Isto é, ser livre é poder decidir fazer algo ou não, portanto, autodeterminar-se. Por conseguinte, não é possível ser escravo e ser livre, dado que, obviamente, um escravo não pode, ele mesmo, decidir o que fazer. No entanto, esta definição é individualista, assim, pressupõe autocausalidade. Ou seja, o indivíduo é causa de si mesmo (ABBAGNANO, 2007). Como consequência disso, tal concepção de liberdade desconsidera o contexto no qual o indivíduo está inserido. Em outros termos, concebe o ser humano como algo isolado do seu meio, seja, a sociedade, sua cultura e até mesmo a Natureza.

Outra concepção de liberdade que surgiu a partir da primeira possui núcleo similar. Porém, a causa já não se encontra no indivíduo, mas no conjunto que o abrange, seja, o Estado, o Absoluto, a ordem cósmica, a sua religião, o seu partido político etc. (ABBAGNANO, 2007). Apesar da noção substancial de autodeterminação ser conservada, o deslocamento da causa subverte imediatamente a concepção anterior, pois a individualidade é sobreposta pela determinação de um dado corpo coletivo. Em um contexto mais político, ou social, a autodeterminação individualista culminaria em uma espécie de anarquia, ou libertarianismo ingênuo. No caso da autocausalidade coletiva, o resultado seria uma formação absolutista, totalitária.

Em suma, os problemas essenciais das duas concepções apresentadas é que, enquanto uma isola o indivíduo do todo; a outra exclui de modo integral a ação livre do indivíduo, desconsiderando que o todo é o conjunto das partes.

A terceira via, por sua vez, não possui parentesco essencial com as duas supracitadas. A liberdade, nesta concepção, está relacionada com possibilidade. A liberdade é um problema, assim, em aberto; não autodeterminação absoluta. Nesse sentido, livre não é aquele que é causa de si mesmo ou que se identifica com uma totalidade que é causa si mesma, mas aquele que possui determinadas possibilidades de escolha. Portanto, o indivíduo é livre quando pode escolher, mas é limitado pelas possibilidades objetivas, pelos modelos disponíveis e pela sua motivação (ABBAGNANO, 2007).

Entretanto, apesar dessa concepção ter sido proposta, em alguma medida, por Platão, foi esquecida por um longo período, devido a prevalência do conceito de liberdade como autocausalidade e autodeterminação. Não obstante, a liberdade como possibilidade foi retomada na modernidade. Em sua obra *Investigação acerca do Entendimento Humano*, David Hume observa que:

A dependência mútua entre os homens é tão grande em todas as sociedades que dificilmente haverá uma ação humana inteiramente completa em si mesma, ou realizada sem alguma referência às ações de outros que são requeridas para fazê-la corresponder plenamente à intenção do agente (HUME, 2004, p. 129).

Esse trecho é indispensável para compreender, sem equívocos, a definição de liberdade que o filósofo apresenta posteriormente, mais precisamente no parágrafo que se segue:

Por liberdade, então, só nos é possível entender um *poder de agir* ou *não agir*, de acordo com as determinações da vontade; isto é, se escolhermos ficar parados, podemos ficar assim, e se escolhermos nos mover, também podemos fazê-lo. Ora, essa liberdade hipotética é universalmente admitida como pertencente a todo aquele que não esteja preso e acorrentado (HUME, 2004, p. 136-7).

A partir dessas duas ponderações, pode-se inferir que o *poder de agir* ou de *não agir* é determinado pela vontade, contudo, dado a relação social de interdependência entre os seres humanos, a vontade, que move a ação, está imbricada com a totalidade, i.e., com o contexto em que o indivíduo está inserido e do qual, portanto, faz parte. Desse modo, a possibilidade de escolha é determinada pela mutualidade social. Tal concepção de liberdade passou também a ser conhecida como compatibilista (ABBAGNANO, 2007).

Afinal, qual o risco da pós-verdade à liberdade? Como já evidenciado, a liberdade está intimamente relacionada com o conhecimento e, neste momento, a razão disso pode ser compreendida de modo mais claro e preciso: quanto mais conhecimento um indivíduo (ou sociedade) possui, maiores são as suas possibilidades de escolha. Desse modo, a norma escravocrata que proibia o acesso ao conhecimento apresenta sua essência, i.e., a ignorância enquanto método eficaz de restrição da liberdade.

Por conseguinte, o discurso da pós-verdade anula fundamentalmente a liberdade. As *fake news*, os “fatos” alternativos, o negacionismo científico, para citar somente alguns, são mecanismos discursivos que limitam a possibilidade do indivíduo de escolher livremente, pois o impossibilita de ter conhecimento dos fatos, tornando suas escolhas viciadas de antemão. Por exemplo, numa eleição onde um candidato se utiliza de informações falsas, teorias conspiratórias etc., isto é, dos recursos discursivos da pós-verdade para convencer os cidadãos e ser eleito; fica evidente que as escolhas dos eleitores foram manipuladas, pois as razões que os levaram a eleger o impostor são, com efeito, falsas. Assim sendo, uma sociedade construída sob os ditames falsos da pós-verdade, com efeito, não passa de uma sociedade de escravos.

Considerações finais

O discurso da pós-verdade é fundamentado nas redes de crenças individuais, ou seja, sua suposta validação é algo puramente subjetivo e, por isso, meramente ficcional. Na medida em que os fatos são ignorados, a narrativa distorcida da pós-verdade adquire uma potência que ameaça a sociedade em diversos aspectos, dado que a verdade é o único parâmetro capaz de fornecer ao intelecto humano a possibilidade de conhecimento. E o conhecimento, por sua vez, é um preceito imperioso para uma sociedade livre.

Desse modo, é necessário conservar o conhecimento e, conseqüentemente, o método de sua aquisição deve ser salvaguardado. Em outras palavras, a ciência, a filosofia, em suma, o raciocínio crítico deve ser preservado. Preservá-lo é, na prática, desenvolvê-lo. Dado que o conhecimento é o produto da investigação racional em busca da verdade, logo, algo dinâmico. Os riscos sociais do ataque ao conhecimento promovido por aqueles que se utilizam do discurso da pós-verdade, não podem ser minimizados. Uma vez que a perda gradativa e constante do acesso ao conhecimento, viabiliza a substituição do pensamento crítico pela cegueira do fanatismo. Não há outra consequência possível, senão a perda eventual da liberdade. E, visto que o conhecimento é recurso crucial para a liberdade, e esta é possibilidade escolhida, além da relação de implicação desses conceitos, existe uma relação de interdependência. Neste ponto, a ética epistemológica emerge como resultado de tal reflexão.

A questão que se segue é: como desmontar a narrativa da pós-verdade? Não há, obviamente, resposta simples para essa pergunta, porém, a ética epistemológica proposta por Clifford pode ser um caminho. Ou seja, acreditar em algo demanda sérias evidências ou boas justificativas a seu favor. Este argumento é prescritivo. O filósofo evidencia a coexistência da ética e as crenças pessoais. Neste sentido, não existe crença privada, pois elas irão, eventualmente, refletir-se na sociedade. Não existem também crenças inocentes, dado que uma crença aparentemente inofensiva, pode ser a porta (ou a janela) de entrada para uma série de outras verdadeiramente prejudiciais.

Contudo, a ética epistemológica pressupõe o raciocínio crítico, o que significa que, antes de tudo, é a criticidade que deve ser desenvolvida para que qualquer recurso intelectual defensivo tenha efeito. A questão, deste modo, pode ser reescrita de outra forma: como desenvolver o pensamento crítico nas pessoas em larga escala? Este é um ponto fundamental para uma sociedade livre, tema que foi discutido ao longo deste artigo. Uma resposta para tal questão não parece ser simples, mas com certeza possui parentesco estreito com a educação e, portanto, com a acessibilidade ao conhecimento. De todo modo, vale ressaltar: o discurso da pós-verdade é contra o conhecimento e, sem dúvidas, inimigo verdadeiro de qualquer sociedade livre.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Giovanni Reale. São Paulo: Loyola, 2002.

CLIFFORD, W. K. “A Ética da Crença”. *Cadernos UFS Filosofia*. São Cristóvão, v. 8, FASC. XIII, p. 133-137, 2010.

HAACK, S. *Filosofia das lógicas*. Tradução de Henrique de Araujo Dutra e Cézar Augusto Mortari. São Paulo: Unesp, 1998.

HAN, B.-C. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Gianchini. 2ª ed. [S.l.]: Vozes, 2017.

HUME, D. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2004.

PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1988.

SAGAN, C. *O mundo assombrado pelos demônios*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2006.